

Federação do Comércio de Bens,
Serviços e Turismo de Santa
Catarina

PEIC

Pesquisa de Endividamento e
Inadimplência do Consumidor

Núcleo de Estudos Estratégicos
Fecomércio SC
Fevereiro de 2021

SUMÁRIO

ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO	1
ANÁLISE DAS CONTAS EM ATRASO	5
ANÁLISE NAS CIDADES	7
CONCLUSÃO.....	12
METODOLOGIA.....	13

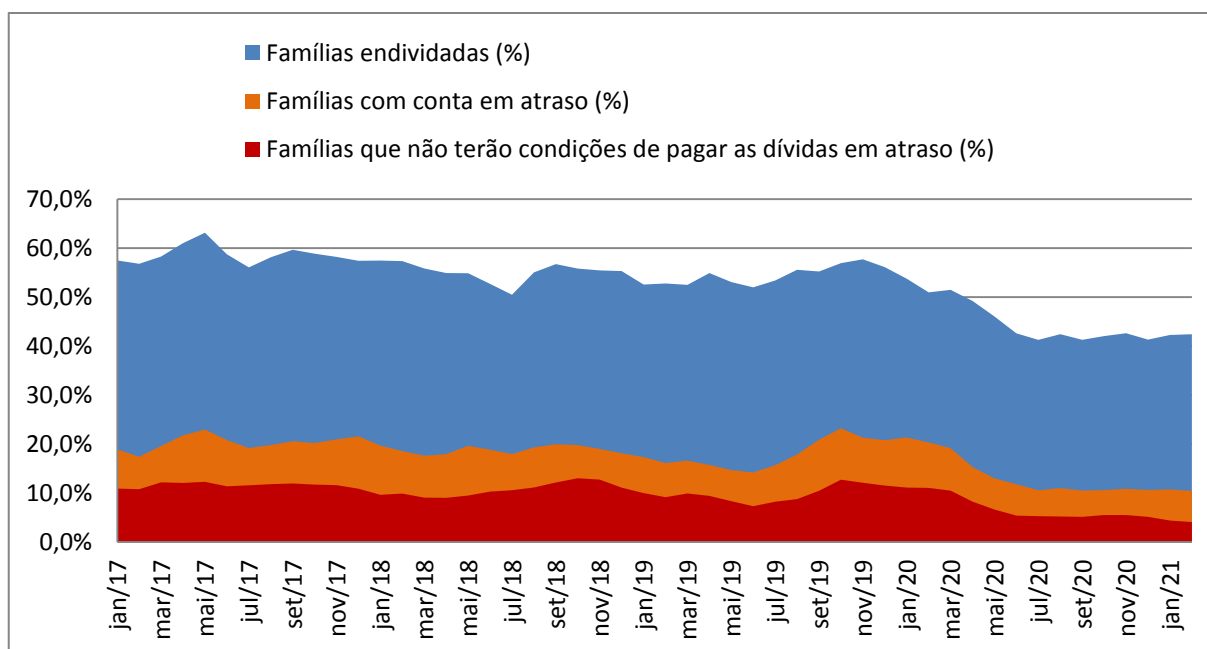
Percentual de famílias endividadas inicia 2021 em patamares historicamente baixos e ligeiro viés de alta; inadimplência permanece com tendência de queda; condições de pagamento melhoram

Síntese dos resultados			
Situação da família	Meses		
	Fev/20	Jan/21	Fev/21
Total de endividadas	51,0%	42,3%	42,4%
Dívidas ou contas em atraso	20,3%	10,7%	10,5%
Não terão condições de pagar	11,1%	4,4%	4,1%

ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO

O número de famílias endividadas em Santa Catarina seguiu numa tendência de queda desde dezembro de 2019, que possui certo efeito sazonal ao final e início do ano, e se tornou mais acentuada a partir de março com o início da pandemia. Após crescimento na virada do ano, o nível de endividamento se estabilizou em Fevereiro com ligeiro viés de alta na proporção de 42,4%, crescendo apenas 0,1 p.p. em relação a janeiro. Acompanhou também este movimento uma pequena redução tanto da inadimplência (contas em atraso) como das famílias que não teriam condições de pagar suas dívidas em atraso.

Síntese dos resultados desde janeiro de 2017



O endividamento não pode ser avaliado como algo necessariamente negativo, pois se deve entender que qualquer tipo de compromisso financeiro acordado para o futuro é considerado uma dívida. Portanto, o endividamento das famílias também expressa o aquecimento do consumo e as condições financeiras da economia em relação ao crédito, através de intrincadas relações com variáveis de renda, emprego, poupança e crescimento econômico presente e esperado, ao que se deve comparar o perfil do endividamento para entender sua relação com a demanda e as capacidades de pagamento.

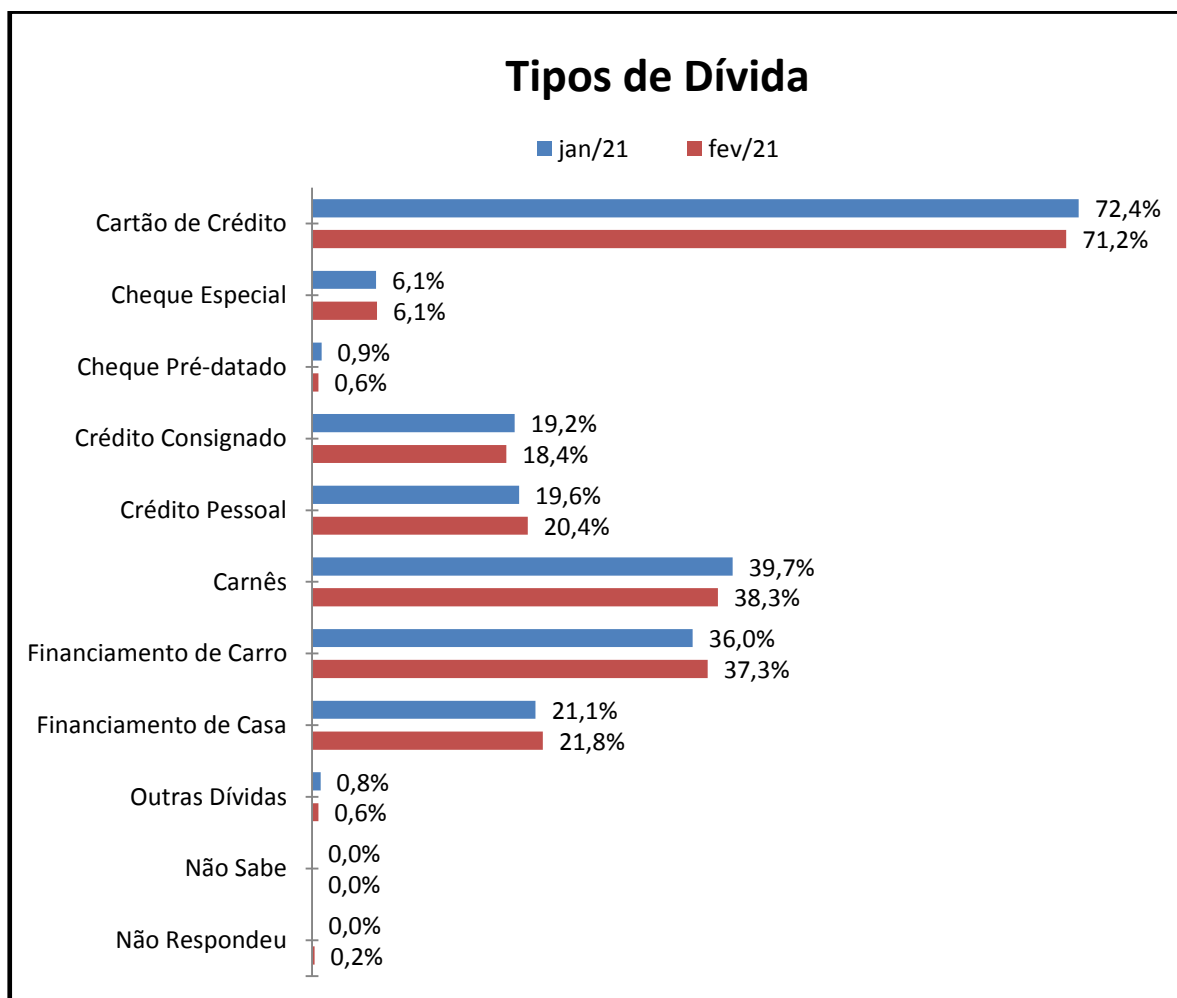
A situação do endividamento em Santa Catarina se revelou muito mais estável e favorável em relação ao agregado nacional, que quebrou nos últimos meses recordes históricos de endividamento, apesar de a partir de setembro convergir para uma redução no nível de endividados e inadimplentes, voltando a crescer em Fevereiro para 66,7% enquanto a inadimplência continuou a tendência de queda para 24,5%, segundo pesquisa da CNC. Os movimentos do estado em geral ocorreram no sentido inverso do apresentado ao nível nacional durante a crise, porém recentemente tem apresentado maior convergência entre a dinâmica estadual e nacional.

Percepção do nível de endividamento			
Categoria	Fev/20	Dez/20	Fev/21
Muito endividado	10,6%	6,8%	6,5%
Mais ou menos endividado	22,5%	20,7%	21,6%
Pouco endividado	20,6%	13,8%	14,3%
Não tem dívidas desse tipo	46,1%	58,6%	57,7%
Não sabe	0,1%	0,0%	0,0%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%

A percepção do nível de endividamento é de especial importância na análise do endividamento, pois propicia informações sobre como as famílias observam suas dívidas e pode indicar a capacidade de pagá-las. Neste mês, o aumento no número de endividados incidiu de maneira bastante clara sobre a categoria dos mais ou menos endividados (0,9 p.p.) e pouco endividados (0,5 p.p.), com ligeira redução entre os que se consideram muito endividados (-0,3 p.p.). Esses movimentos ocorreram de maneira similar nas duas faixas de renda, porém de maneira ligeiramente mais intensa naquelas acima de 10 salários mínimos (SM).

Já em relação aos tipos de dívida dos catarinenses, o cartão de crédito continua sendo o principal agente do endividamento, porém desde Maio apresentou acentuada retração quando atingiu o pico da série histórica iniciada em 2013 com 78,2% dos entrevistados citando este tipo de dívida. Nos últimos meses, a proporção das citações voltou a aumentar, sendo a principal forma de reinserção das famílias na situação de endividamento, atingindo em janeiro de 2021 a marca de 72,4% dos endividados, um incremento de 0,2 p.p que mantém

um patamar relativamente superior aquele de janeiro de 2020. O principal tipo de dívida a aumentar sua proporção entre os endividados neste mês foi o “Financiamento de Casa”, que subiu 1,1 p.p. e demonstra o aquecimento do mercado imobiliário no estado e o resultado de taxas de juros ainda favoráveis.



Obs.: Respostas múltiplas. Soma pode ser maior que 100%.

Em fevereiro, a variação nos tipos de dívida ocorreu de maneira diferenciada entre as diversas categorias, sendo que a maior variação incidiu sobre o Financiamento de Carro (+1,4 p.p.), que foi acompanhado por uma queda oposta na utilização de Carnês (-1,4 p.p.), o que indica uma alteração do padrão de endividamento para prazos maiores e ligados ao consumo de duráveis, o que é corroborado também pelo aumento no Financiamento de Casa (+0,7 p.p.). O Cartão de Crédito, principal fonte de endividamento, por outro lado, apresentou retração de -1,2%. As demais variações foram de menor monta.

O tempo de comprometimento com as dívidas observou outra pequena redução em Fevereiro, situando-se em 9,6 meses em média, ainda assim a alteração das proporção indica uma expansão das dívidas com

comprometimento por mais de um ano (+2,7 p.p.), com variação oposta no caso das dívidas entre 6 meses e 1 ano (-2,7 p.p.), o que vai ao encontro das alterações observadas nos tipos de dívida. Ademais, esse efeito foi mais forte nas faixas de renda até 10 Salários mínimos, sendo que naquelas acima o movimento foi oposto, com redução das dívidas acima de 1 ano e aumento daquelas de 6 meses a 1 ano.

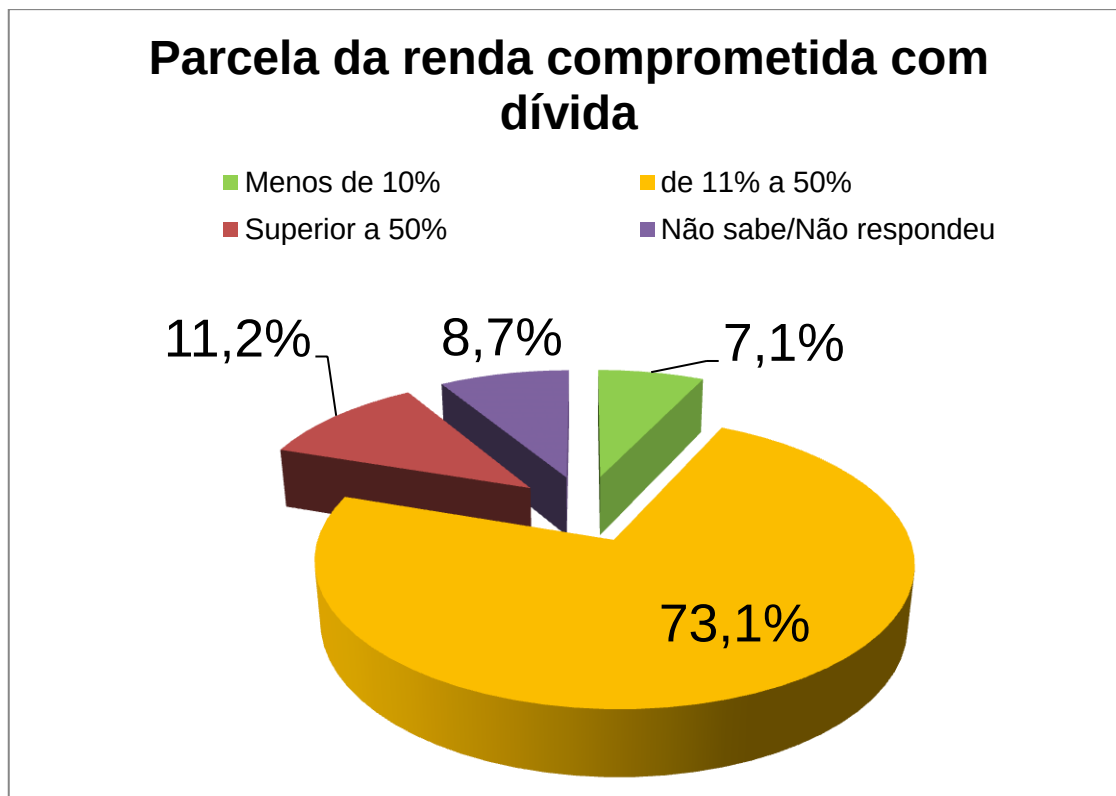
A crise havia elevado o tempo médio de comprometimento em cerca de 1 mês comparado ao início do ano passado, o que está relacionado à liquidação do endividamento de mais curto prazo, aumentando a proporção de dívidas maiores dentre aqueles que se mantêm endividados, o retorno de mais famílias ao endividamento em Agosto e Outubro esteve mais relacionado ao endividamento de curto-prazo, o que é corroborado pelos movimentos no perfil dos tipos de dívidas, relacionadas a cartão de crédito e carnês, e voltou a se reproduzir em Janeiro, apesar do aumento na proporção do financiamento imobiliário, que não parece ter sido suficiente para afetar a média do comprometimento com dívidas informado pelo conjunto de entrevistados.

Tempo de comprometimento com dívida (Dentre os endividados)	Janeiro/21			Fevereiro/21		
	total - %	total - %	total - %	total - %	até 10sm - %	mais de 10sm - %
até 3 meses	11,4%	9,3%	22,0%	11,5%	9,7%	21,3%
entre 3 e 6 meses	7,2%	7,8%	4,6%	6,9%	7,8%	3,3%
entre 6 meses e 1 ano	14,9%	16,5%	9,4%	17,6%	20,6%	8,2%
por mais de um ano	60,1%	59,5%	59,8%	57,4%	55,0%	62,8%
Não sabe / Não respondeu	6,4%	6,9%	4,3%	6,5%	6,9%	4,5%
Tempo médio em meses	9,7	9,8	8,9	9,6	9,6	9,1

A parcela da renda das famílias comprometida com dívidas, por sua vez, apresentou incremento chegando a 31,3% da renda – proporção que é idêntica à observada em março de 2020. Ainda assim, houve alterações na distribuição dos comprometimentos conforme as diferentes faixas de renda, principalmente em relação a redução daqueles que não sabem/não responderam, que caiu pelo 4 mês consecutivo atingindo apenas 8,7% dos entrevistados, patamar consideravelmente mais baixo que nos anos anteriores, e próximo ao pré-crise de 2016. O deslocamento das parcelas de endividamento ocorreu principalmente sobre a faixa de 11% a 50% (+4,9 p.p.), de maneira que assim se manteve uma proporção similar a anterior, enquanto as faixas acima de 50% se mantiveram estáveis, e aquelas abaixo de 10% reduziram-se ligeiramente (-2,2 p.p.).

O movimento foi diferente nas faixas de renda acima de 10 SM, desta vez com redução da incerteza em relação às dívidas, o aumento do

comprometimento da renda incidiu mais intensamente, o que indica que as alterações dos tipos de dívida também foram mais intensas sobre estas.



ANÁLISE DAS CONTAS EM ATRASO

A taxa de inadimplência, que representa a porcentagem de famílias com contas em atraso e situou-se agora em fevereiro em 10,5% do total de famílias, uma estabilidade com ligeiro viés de baixo considerando uma redução de 0,2 p.p. na comparação mensal. O número estimado de famílias que informou não ter condições de pagar suas dívidas reduziu consideravelmente, atingindo o nível mais baixo da série histórica representando apenas 4,1% do total de famílias em Santa Catarina. Já a proporção das famílias sem condições de pagar dentre aquelas com conta em atraso observou redução de 40,9% para 39,1% na passagem mensal, uma melhora do indicador pelo quarto mês consecutivo.

Ainda assim, essa melhora ocorreu principalmente devido a uma recuperação parcial da capacidade de pagamento, que subiu na média de 32,0% das famílias com contas em atraso para 37,4%, enquanto isso foi acompanhado por uma deterioração da capacidade total de pagamento que reduziu-se de 25,3% para 19,7% das famílias com contas em atraso, sendo que

o movimento foi inverso nas faixas de renda até 10 SM, para as quais houve aumento em mais de 10 p.p. nas capacidades totais de pagamento e a redução daqueles que não teriam condições de pagar foi mais intensa.

Condições de pagamento da dívida em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	Janeiro/2021			Fevereiro/2021		
	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %
sim, totalmente	25,3%	25,1%	21,8%	19,7%	16,3%	33,2%
sim, em parte	32,0%	31,4%	40,5%	37,4%	40,1%	28,5%
não terá condições de pagar	40,9%	42,6%	29,3%	39,1%	41,1%	23,9%
não sabe	0,7%	0,9%	0,0%	2,8%	2,5%	7,2%
Não respondeu	1,1%	0,0%	8,4%	0,9%	0,0%	7,2%
Não terão condição de pagar (Dentre o total de famílias)	4,4%	5,0%	1,7%	4,1%	4,7%	1,4%

Outra alteração considerável no perfil das contas em atraso dos catarinenses se refere ao tempo do pagamento em atraso, que apresentou durante a crise uma melhoria significativa nos prazos relacionados ao pagamento das contas em atraso, a média se reduziu de 69,4 dias em Março para 60,1 dias em Novembro de 2020, valor que se manteve em Dezembro e observou uma redução significativa agora em Janeiro para 56,6 dias. Em fevereiro, porém o tempo médio voltou a aumentar (+0,4 dia), puxado pelas famílias com renda até 10 SM, de maneira que aquelas que permanecem atrasadas apresentam tempos de atraso maiores, em especial se constata o aumento de 2,0 p.p. nos atrasos acima de 90 dias. Para as famílias com renda acima de 10 SM, porém, a redução do tempo médio foi de -4,4 dias, e um encurtamento do perfil de atraso que se concentrou mais nos prazos até 30 dias.

Tempo de pagamento em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	Janeiro/2021			Fevereiro/2021		
	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %
até 30 dias	33,2%	34,0%	27,2%	33,5%	33,5%	33,2%
de 30 a 90 dias	28,1%	28,0%	32,1%	26,4%	26,5%	28,5%
acima de 90 dias	38,6%	38,0%	40,7%	40,1%	40,0%	38,3%
Não sabe / Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Tempo médio em dias	56,6	56,1	60,0	57,0	56,9	56,6

ANÁLISE NAS CIDADES

Situação das Famílias	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Total de endividadas	43,2%	31,6%	39,2%	50,3%
Dívidas ou contas em atraso	9,8%	4,5%	9,3%	16,1%
Não terão condições de pagar	4,4%	1,0%	3,8%	6,3%

A variação no número de famílias endividadas, assim como das famílias inadimplentes, não se expressou de maneira homogênea nas cidades pesquisadas. O ligeiro viés de aumento no endividamento observada ao nível estadual se expressou nas cidades analisadas, com exceção da capital Florianópolis (-0,6 p.p.), enquanto nas outras três cidades analisadas o movimento foi contrário, com mais intensidade observada em Blumenau (+1,0 p.p.). A inadimplência em fevereiro tendeu a cair ligeiramente nas cidades, com exceção de Chapecó (+0,3 p.p.), que já observara um aumento significativo na mesma em janeiro. As famílias que não teriam condições de pagar suas dívidas também reduziu na maioria das cidades analisadas, com exceção de Joinville, onde aumentou 0,4 p.p..

Nível de endividamento	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Muito endividadas	6,4%	2,4%	5,2%	9,1%
Mais ou menos endividado	27,5%	21,1%	26,4%	12,4%
Pouco endividado	9,3%	8,2%	7,5%	28,8%
Não tem dívidas desse tipo	56,8%	68,4%	60,8%	49,7%
Não sabe	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Em relação a percepção de endividamento, observa-se em Fevereiro também movimentos variados entre as cidades. Por exemplo, Blumenau observou aumento nos níveis de mais ou menos (0,8 p.p.) e pouco endividados (0,8 p.p.), com redução naqueles que se encontram muito endividados (0,6 p.p.) e não possuem dívidas (-1,0 p.p.), o que representa um padrão positivo de endividamento. Por outro lado, Chapecó concentrou a variação mensal no nível de mais ou menos endividado (+3,0 p.p.), com reduções nos demais níveis. Em Joinville, por sua vez, houve aumento do nível de muito endividados (0,4 p.p.), com redução proporcional daqueles mais ou menos endividados (0,4 p.p.), o que demonstra uma piora do perfil de endividamento. Em Florianópolis a redução do

endividamento se expressou de maneira mais intensa nos níveis menores de endividamento.

Em relação a alteração dos tipos de dívida, as cidades analisadas também apresentaram significativas diferenças em suas dinâmicas de endividamento. Por exemplo, a redução no uso do cartão de crédito, que ocorreu ao nível estadual, foi observada com maior intensidade em Florianópolis (-4,2 p.p.), por outro lado na capital se observou o aumento do financiamento de casa, que cresceu 4,0 p.p. na passagem mensal, o que foi observado em ambas as faixas de renda. Em Chapecó, no entanto, o aumento de 4,5 p.p. no financiamento de casa foi concentrado totalmente nas faixas de renda acima de 10 SM, e foi acompanhado por uma redução de 4,2 p.p. no financiamento de carros e de 3,2 p.p. no crédito pessoal, que também impactaram sobremaneira as famílias com renda até 10 SM. Já em Blumenau o financiamento de carro observou incremento de 3,3 p.p e ocorreu de maneira mais intensa nas faixas de renda até 10 SM, para as quais também se observou aumento de 5,3 p.p. na utilização de crédito pessoal. Em Joinville, por fim, houve retração em diversos tipos de dívida, excetuando-se o crédito pessoal que cresceu 1,1 p.p., distribuindo-se em ambas as faixas de renda, enquanto o financiamento de carro também aumentou (2,5 p.p.), porém concentrado totalmente nas faixas de renda acima de 10 SM.

Tipo de dívida	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Cartão de crédito	77,9%	64,4%	67,1%	73,3%
Cheque especial	6,1%	9,0%	4,7%	6,6%
Cheque pré-datado	0,0%	0,0%	1,8%	0,0%
Crédito consignado	23,6%	12,4%	28,4%	4,8%
Crédito pessoal	28,2%	22,1%	28,2%	3,7%
Carnês	40,0%	48,8%	42,7%	27,3%
Financiamento de carro	51,4%	39,3%	45,7%	14,7%
Financiamento de casa	25,1%	27,5%	22,5%	15,8%
Outras dívidas	0,0%	0,0%	1,0%	0,9%
Não sabe	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%	0,8%

Obs.: Respostas múltiplas – soma pode ser maior que 100%

No que diz respeito ao tempo de comprometimento com as dívidas em todos os municípios a resposta preponderante é “dívidas por mais de um ano” e na passagem para Janeiro isso deixou de ser aplicável para o caso de Florianópolis, onde as dívidas de curto prazo (até 3 meses, 32,7%) tornaram-se a resposta mais citada. O tempo médio de comprometimento reduziu em todas as cidades, com maior intensidade em Blumenau (-0,5 meses) e Florianópolis

(+0,2 meses). Na média, a cidade cujos moradores adquirem dívidas por mais tempo continua a ser Blumenau com média de 11,2 meses, tempo também apresentado por Joinville agora em Janeiro. A cidade com menor tempo de comprometimento é Florianópolis com 6,5 meses em média, em geral houve uma menor concentração em dívidas com comprometimento por mais de um ano em todas as cidades analisadas.

Tempo de comprometimento com dívida (Dentre os endividados)	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Até 3 meses	2,2%	4,3%	1,8%	32,7%
Entre 3 e 6 meses	0,9%	4,3%	0,0%	22,6%
Entre 6 meses e 1 ano	14,3%	19,6%	16,8%	13,1%
Por mais de um ano	72,2%	67,4%	71,6%	31,2%
Não sabe / Não respondeu	10,4%	4,3%	9,7%	0,3%
Tempo médio em meses	11,2	10,6	11,2	6,5

Nas contas em atraso, as famílias inadimplentes de Blumenau apesar de reduzirem (-6,8 dias) a média de tempo de pagamento em atraso continuaram a apresentar a maior média (60,0 dias), após a cidade de Chapecó apresentar movimento inverso e reduzir progressivamente tal indicador até atingir 50,6 dias em Janeiro, tornando-se a cidade com menor tempo de pagamento em atraso entre as cidades pesquisadas. Florianópolis foi a única cidade pesquisada a apresentar ligeiro incremento nesta média, aumentando 1,6 dia e chegando a 59,6 dias em atraso. Na contramão das demais cidades, a capital observou redução de pagamentos em atraso até 30 dias e aumento naqueles acima de 90 dias, enquanto nas outras cidades o movimento foi inverso, com incremento nas respostas principalmente até 30 dias, enquanto apenas Blumenau também teve incremento em respostas referentes ao pagamento em atraso de 30 a 90 dias.

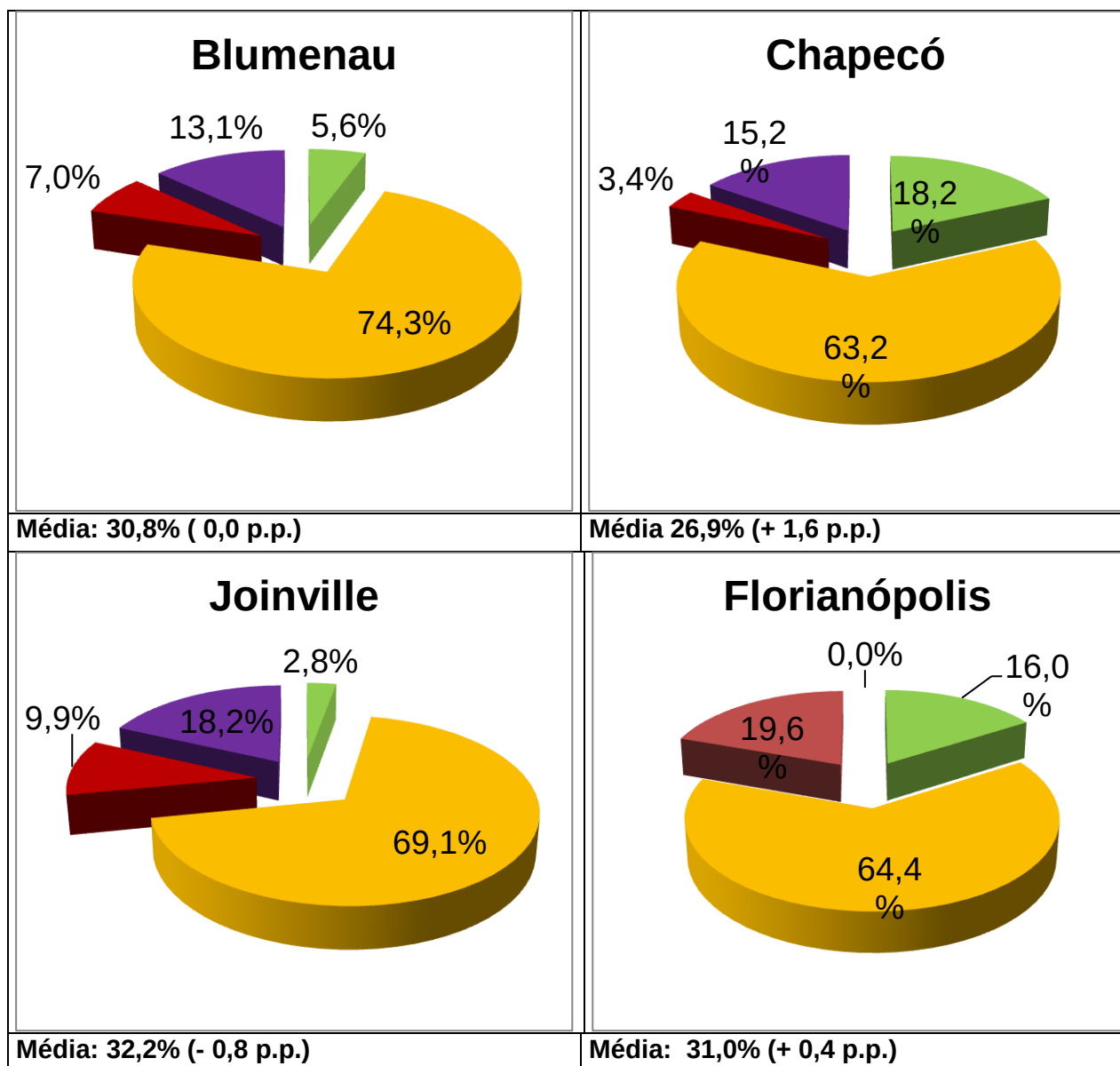
Por outro lado, as condições de pagamento dos inadimplentes continuaram a apresentar uma melhora parcial do seu perfil em Blumenau, mesmo aumentando ligeiramente a proporção daqueles que não terão condições de pagar, a proporção de famílias que poderão pagar parcialmente suas dívidas foi o principal incremento (12,5 p.p.), sem que houvesse redução entre aqueles que responderam ter capacidade de pagar totalmente as contas em atraso, o que indica que o aumento da inadimplência em Blumenau, o maior entre as cidades analisadas, ainda apresenta apenas uma deterioração parcial das capacidades de pagamento. Chapecó continuou a demonstrar melhora nas capacidades de pagamento, principalmente parciais. Florianópolis e Joinville apresentaram melhora nas capacidades de pagamento, sendo que em Joinville a mesma se deu tanto em termos de um pagamento total quanto parcial das contas em atraso, enquanto em Florianópolis a possibilidade de quitação parcial foi o movimento predominante entre Dezembro e Janeiro.

Tempo de pagamento em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Até 30 dias	31,5%	37,5%	40,6%	24,4%
De 30 a 90 dias	21,3%	37,5%	19,0%	40,4%
Acima de 90 dias	47,2%	25,0%	40,4%	35,3%
Não sabe / Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Tempo médio em dias	60,0	50,6	53,9	59,6
Condições de pagamento das dívidas em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Sim, totalmente	24,7%	12,5%	40,7%	13,4%
Sim, em partes	24,7%	50,0%	23,2%	40,5%
Não terá condições de pagar	50,6%	37,5%	34,0%	42,3%
Não sabe	0,0%	0,0%	2,1%	0,0%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%	3,8%

Por fim, faz-se necessário analisar a trajetória da parcela da renda comprometida com dívidas nas cidades pesquisadas, de início constata-se que houve viés de alta em Florianópolis e, principalmente, Chapecó, enquanto em Blumenau manteve-se estável e em Joinville apresentou redução. A cidade com maior parcela da renda comprometida com dívidas continua a ser Joinville, que tem em média 32,2%. A tendência de redução da incerteza em relação à parcela da renda comprometida com dívidas continuou a atuar sobre todas as cidades, caindo 5,4 p.p. em Blumenau, 4,7 p.p. em Joinville e 4,6 p.p. em Chapecó, a cidade com maior proporção de não saber/não responder foi Joinville, com 18,2% do total de endividados.

Parcela da renda comprometida com dívidas

■ Menos de 10% ■ de 11% a 50% ■ Superior a 50% ■ Não sabe/Não respondeu



Legenda: verde: menos de 10%; amarelo: de 10% a 50%; vermelho: mais de 50; roxo: NS/NR

CONCLUSÃO

A pesquisa de endividamento e inadimplência dos consumidores catarinenses (PEIC-SC) de Janeiro de 2020 apresentou um aumento no número de endividados, após meses de inconstância no movimento de endividamento seguindo uma tendência de queda que atingiu os patamares mais baixos da série histórica em Julho e Dezembro.

A tendência predominante no ano de 2020, que incidiu mais intensamente nos meses iniciais da pandemia (Março a Junho), foi de redução considerável no nível de endividamento das famílias catarinenses. Neste mês o indicador subiu 1,0 p.p. após cair 1,3 ponto percentual em Dezembro, de maneira que se estima atualmente que 42,3% das famílias em Santa Catarina possuem algum tipo de dívida, -9,6 p.p. em relação a janeiro de 2020. A inadimplência manteve-se relativamente estável com ligeiro viés de alta, e representa 10,7% do total de famílias, de maneira que reduziu ligeiramente sua participação entre o total de endividados. Já o número de famílias que não terão condições de pagar suas contas em atraso reduziu também, em maior grau, para 4,4 % do total de famílias, assim como entre o total de famílias com contas em atraso (40,9%; redução de -7,5 p.p.).

Inicialmente, frente à crise e pandemia, as famílias do estado apresentaram um movimento *precaucionário* de liquidação de dívidas e redução do consumo a prazo, o que diferiu consideravelmente das condições ao nível nacional, onde se observou um crescimento do endividamento e inadimplência. Com o início da retomada de alguns indicadores do comércio e serviços no estado, e avaliando as alterações no perfil do endividamento com essa nova configuração de tipos de dívida e tempos de comprometimento, infere-se que o endividamento no mês de Janeiro continuou a estar crescentemente relacionado ao consumo, especialmente de mais curto prazo, relação mais explícita do que a observada em Novembro e Dezembro, apesar de que em Janeiro também houve um incremento no financiamento imobiliário na média do estado. A pesquisa também verificou que a anterior tendência de redução na parcela da renda comprometida com dívida estagnou em Janeiro, mantendo-se em 30,8% neste mês, a mesma proporção de Dezembro.

Ao levar em consideração os tipos de dívida, a pesquisa revela que o cartão de crédito é a principal fonte de endividamento (72,4%), reduzindo a tendência de aceleração dos últimos meses. Além do ligeiro aumento da participação do cartão de crédito (+0,2 p.p.), também houve aumento mais intenso no financiamento de casa (+1,1 p.p.), crédito pessoal (+0,5 p.p.) e carnês (+0,2 p.p.), enquanto os demais tipos de dívida estabilizaram ou reduziram sua participação. As principais reduções ocorreram em relação ao cheque especial (-1,1 p.p.) e crédito consignado (-0,9 p.p.).

O aumento do nível de endividamento com melhora parcial das condições de pagamento aponta para uma situação benéfica, com retomada do

consumo segundo os tipos de dívida utilizados, porém em níveis ainda significativamente inferiores ao pré-pandemia em vários aspectos, o que foi também constatado na Pesquisa de Resultado de Natal 2020 da Fecomércio-SC, que apresentou uma utilização muito menor do parcelamento em cartões de crédito. O indicador de endividamento se encontra em patamares baixos após atingir o menor nível da série histórica em Julho e após oscilações retornar ao mesmo em Dezembro, voltando a crescer agora em Janeiro. A inadimplência também vinha se reduzindo nos últimos meses em um ritmo ainda maior que o próprio endividamento, de maneira que seu aumento é até mesmo esperado em certa medida e deve ser acompanhado em relação ao tempo de pagamento em atraso (56,6 dias; com redução significativa em relação a Dezembro). A situação avaliada entre os municípios pesquisados apontou para uma maior deterioração da inadimplência em Blumenau, ainda que a capacidade de pagamento tenha apresentado uma melhora parcial. Se destaca, por fim, a redução significativa no nível de incerteza em relação a parcela de renda comprometida por dívidas, mesmo que apresente níveis ainda consideráveis em Joinville, Chapecó e Blumenau. O cenário demonstra, em geral, a solidez da gestão financeira das famílias catarinenses em meio a crise e pandemia até o momento.

METODOLOGIA

Foram entrevistados consumidores em potencial, residentes nos municípios de Blumenau, Chapecó, Florianópolis e Joinville com idade superior a 18 anos. Para compor o dado agregado de Santa Catarina os resultados obtidos em cada município foram ponderados de acordo com sua população e dessazonalizados.

Para fixar a precisão do tamanho da amostra, admitiu-se que 95% das estimativas poderiam diferir do valor populacional desconhecido “p” por no máximo 3,5%, isto é, o valor absoluto “d”(erro amostral) assumiria no máximo valor igual a 0,035 sob o nível de confiança de 95%, para uma população constituída de consumidores em potencial.

Preferiu-se adotar o valor antecipado para p igual a 0,50 com o objetivo de maximizar a variância populacional, obtendo-se maior aproximação para o valor da característica na população. Em outras palavras, fixou-se um maior tamanho da amostra para a precisão fixada.

Assim, o número mínimo de consumidores a serem entrevistados foi de 500, ou seja, com uma amostra de no mínimo 500 consumidores, esperou-se que 95% dos intervalos de confiança estimados, com semi-amplitude máxima igual a 0,035, contivessem as verdadeiras frequências.

Os principais indicadores da Peic são:

Percentual de famílias endividadas – percentual de consumidores que declaram ter dívidas na família nas modalidades: cheque pré-datado, cartões de crédito, carnês de lojas, empréstimo pessoal, prestações de carro e seguros;

Percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso – percentual de consumidores com contas ou dívidas em atraso na família acima de 1 dia útil;

Percentual que não terá condições de pagar dívidas – percentual de famílias que não terão condições de pagar as contas ou dívidas no próximo mês e, portanto, permanecerão ou serão potenciais inadimplentes.